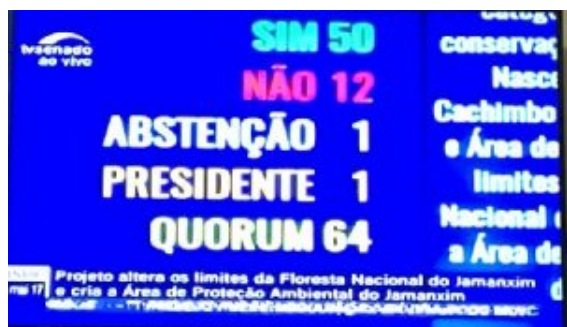


# Progressenses comemoram aprovação de MP no Senado

Senado aprova MPs 756 e 758 que reduz floresta nacional e cria Área de Proteção Ambiental (APA) do Jamanxim em Novo Progresso.



Placar no senado

O plenário do Senado aprovou com 50 votos a favor e 12 contra, nesta terça-feira (23) a Medida Provisória (MP) 756, que altera os limites da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, no município de Novo Progresso, no Pará, desmembrando parte de sua área para a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Jamanxim. **A medida foi de encontro com a proposta apresentada pelas lideranças da região.**



O presidente do Senado, Eunício Oliveira, na votação da MP que altera limites da Floresta Nacional do Jamanxim. (Foto:Fabio Rodrigues)

Em Brasília vereadores de Novo Progresso, empresários, ruralistas, lideranças representativas da sociedade civil organizada comemoram aprovação da medida pelo Senado Federal.

***Muito Feliz com aprovação da MP 756, agora só comemorar, disse Neri Prazeres ex-prefeito de Novo Progresso.***

**Para o vice-prefeito de Novo Progresso Gelson Dill(PMDB), que representou a Prefeitura, aprovação da MP 756 e 758 foi uma conquista de todos que se empenharam para está batalha, não foi fácil mais chegamos no final com vitória, argumentou Dill. Os senadores mantiveram o texto aprovado pelos deputados, que reduziu a área da Flona de 1,3 milhão de hectares para 813 mil hectares.**



Presidente da Camara de Novo Progresso Nego do Bento ao lado do Relator da MP 756 José Priante(PMDB)

O Presidente da Câmara Municipal de Novo Progresso, o Vereador Nego do Bento (PROS), que foi acompanhar de perto o desenrolar da MP em Brasília, “aprovação da MP foi uma vitória em conjunto com a sociedade, a força de todos ajudou para que os Deputados e Senadores entendessem nossa luta”, argumentou Nego do Bento.

Apesar de debates acalorados entre senadores da base aliada e da oposição em consequência da delação dos donos da JBS, o plenário do Senado aprovou as duas medidas provisórias que

altera área de proteção ambiental no Pará. Depois de aprovar a Medida Provisória (MP) 756 que alterou os limites da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxin, os senadores aprovaram a MP 758 que modifica a área para dar passagem à Estrada de Ferro (EF)170, também chamada de Ferrogrão, que fica distante da BR-163, no Pará.



Representação de Novo Progresso em Brasília-DF

Pelo texto, serão excluídos 862 hectares (um hectare tem uma área equivalente à de um campo de futebol) do Parque Nacional de Jamanxin, localizado nos municípios de Itaituba e Trairão, e da Área de Proteção Ambiental (APA) do Tapajós, localizada nos municípios de Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão, todos no Pará, para a passagem da ferrovia.



Macarrão e Zequinha Marinho  
(vice-Governador)

**O Prefeito de Novo Progresso Ubiraci Soares (Macarrão PSC), disse ao Jornal Folha do Progresso, que está contente junto com o povo; “o município de Novo Progresso fez sua parte, estivemos presentes em tudo que foi preciso, porque sabíamos da necessidade de aprovarmos estas emendas e quem ganha com isto é o Município de Novo Progresso, relatou Macarrão.**

**A intenção do governo é compor, com a EF-170, um corredor de exportação de grãos unindo Sinop, em Mato Grosso, a Miritituba, no Pará, para possibilitar o uso de portos da Bacia Amazônica e servir de alternativa ao transporte na BR-163.**

A matéria havia sido aprovada no dia 17 de maio pela Câmara dos Deputados e, agora, segue para sanção presidencial. Conforme a MP, após a construção da ferrovia, as áreas excluídas e que não forem efetivamente utilizadas serão reintegradas ao Parque Nacional do Jamanxim. O projeto aprovado define, ainda, que os imóveis rurais privados existentes no parque ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação.

### **Parque Nacional da Serra Catarinense**

A MP também alterou os limites e o nome do Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina, que passará a se chamar Parque Nacional da Serra Catarinense. A mudança reverteu uma ampliação da unidade feita em 2016.

Para o senador Dalírio Beber (PSDB-SC), a redução da unidade de conservação resolverá um problema histórico que afetou produtores rurais e o turismo na região. “Com isso, com certeza, vamos ter a regularização, permitindo que os proprietários sejam indenizados e que os que estão fora dos limites do parque explorem as suas atividades agropastoris ou

outras atividades, bem como também a exploração da energia eólica, uma vez que lá tem um potencial que pode ser explorado." **A medida agora vai para Sanção Presidencial.**

**Da Redação Jornal Folha do Progresso com Agencia (Fotos WhatsApp Jornal Folha do Progresso)**

**"Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte."**

**Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br**